



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:
Técnico Previdenciário III

044
NÍVEL MÉDIO

Prova Objetiva
Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado da questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/8/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

1. 3/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 11 e 12/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- 18/11/2002 – Data prevista de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos) — no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos locais mencionados no item 1, no Hall de entrada da PARANAPREVIDÊNCIA e no endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/paranaprevidencia> — do resultado final da prova objetiva, da convocação para a avaliação de títulos para os cargos de nível superior e médio e do final do processo seletivo para os cargos de nível fundamental.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recorrentem de acordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/8/2002.
- Informações relativas ao processo seletivo poderão ser obtidas pelo telefone (0 XX) – 011 – 4403-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo, relativos ao Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 O Conselho Fiscal compõe-se de seu presidente, e respectivo suplente, de seis conselheiros efetivos e três suplentes.
- 2 O presidente é de livre escolha do governador.
- 3 Todos os conselheiros são indicados pelo governador.
- 4 O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês.
- 5 Compete ao Conselho Fiscal aprovar o Regimento Interno da PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 2

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 Na composição do Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA, há um diretor de previdência.
- 2 Ao diretor de administração compete representar a PARANAPREVIDÊNCIA.
- 3 Ao diretor de administração compete a aquisição de material e a manipulação do acervo documental da instituição.
- 4 O mandato dos conselheiros é de seis anos.
- 5 Não é permitida aos membros do conselho a inscrição no sistema de seguridade funcional.

QUESTÃO 3

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com relação à estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens a seguir.

- 1 O Conselho de Administração figura como órgão executivo entre os órgãos estatutários da estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 Os servidores inativos e pensionistas inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA elegerão, entre eles, um conselheiro efetivo e um suplente para o Conselho de Administração.
- 3 É da competência do Conselho Fiscal emitir pareceres sobre os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 No Conselho Diretor, o diretor de previdência será obrigatoriamente escolhido entre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.
- 5 Os diretores, o presidente do Conselho de Administração e seus conselheiros em nenhuma hipótese respondem pelas obrigações da instituição.

QUESTÃO 4

Ainda acerca da estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens abaixo.

- 1 O estado é solidariamente responsável com a PARANAPREVIDÊNCIA pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e pensionistas participantes do Plano de Benefícios Previdenciários a cargo do Fundo de Previdência.
- 2 O estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente em todos os processos judiciais em que a PARANAPREVIDÊNCIA for parte no pólo passivo e que digam respeito a benefícios previdenciários.
- 3 O Conselho Diretor, como órgão superior de gerenciamento, toma conhecimento dos atos praticados pelo Conselho de Administração por meio dos relatórios mensais e por exposições feitas pelo presidente deste conselho.
- 4 Compete ao Conselho de Administração aprovar a Nota Técnica Atuarial e a Regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários.
- 5 Os presidentes de conselho, os conselheiros e os diretores serão designados pelo governador do estado, para exercício por período de quatro anos, não podendo ser reconduzidos.

QUESTÃO 5

Considere, por hipótese, que Maria, brasileira, casada, nascida em 28/3/1946, seja servidora ativa, titular de cargo efetivo do estado do Paraná, com vínculo funcional permanente e em exercício desde 1.º/3/1970. Nessa hipótese, Maria

- 1 poderá ser presidente do Conselho de Administração, tendo direito a voz e voto, inclusive o de desempate, nas deliberações das reuniões.
- 2 poderá, se for diretora-presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz e voto.
- 3 poderá ser indicada como integrante do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 poderá inscrever como seu dependente para o regime de previdência — mediante a devida comprovação de dependência econômica e atendidos os requisitos regulamentares — irmão seu, com doze anos de idade e não-emancipado.
- 5 terá direito ao benefício de aposentadoria compulsória ao completar 65 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Nas questões de 6 a 8, que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

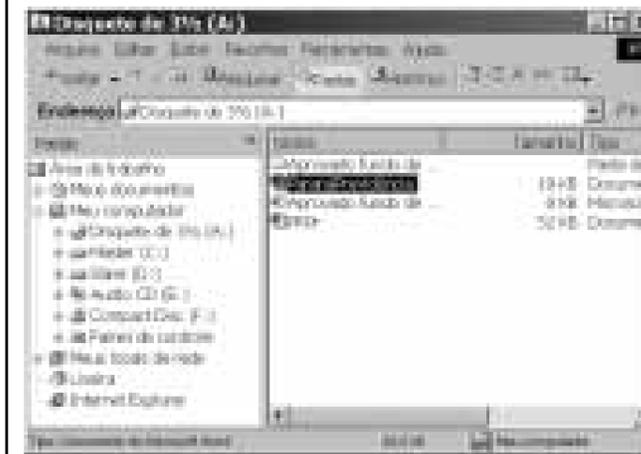
QUESTÃO 6

Com relação à Internet, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
João acessou uma página *Web* para realizar o *download* de um arquivo ali disponível. Sabendo que é possível contrair vírus de computador em processos de *download* de arquivos, João decidiu proteger seu computador antes de iniciar o processo desejado. Para isso, clicou com o botão esquerdo do *mouse* no *hyperlink* da página *Web* acessada. Nessa situação, João estará protegendo completamente seu sistema contra qualquer vírus de computador que esteja embutido no arquivo que será carregado da página na qual o *hyperlink* tiver sido executado.
- 2 Na *Web*, é possível, utilizando-se de um navegador, acessar *sites* de busca por meio de uma rede *dial-up*.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro acessou a Internet por meio de um provedor localizado em sua cidade, utilizando-se, para se conectar ao provedor, de um *modem* e de sua linha telefônica. Nesse acesso à Internet, Pedro navegou durante todo o tempo em páginas *Web* localizadas nos Estados Unidos da América (EUA). Nessa situação, além das taxas a serem pagas ao seu provedor, Pedro deverá arcar com os custos do uso de sua linha telefônica, pagando, proporcionalmente ao tempo em que ficou conectado à Internet, como se estivesse realizando uma chamada internacional aos EUA.
- 4 Utilizando um *browser*, ao solicitar que o endereço pedro@cespe.unb.br seja acessado, um usuário da Internet estará se conectando à página *Web* denominada “pedro”, localizada no URL www.cespe.unb.br, caso essa página exista.
- 5 Ao se acessar uma página *Web* utilizando-se de um navegador, estará sendo estabelecida uma conexão entre o computador do usuário que solicitou o acesso e o computador no qual a página está armazenada. Nesse acesso, é permitida a visualização do conteúdo da página *Web* ao usuário e, ao mesmo tempo, é permitido o conhecimento das informações armazenadas no computador do usuário ao administrador da página acessada. Esse recurso permite que a identidade dos usuários da Internet seja conhecida, evitando o uso indevido das informações contidas na rede mundial de computadores.

Texto I – questões 7 e 8

A figura a seguir mostra uma tela de trabalho do Windows Explorer sendo executado em um computador que tem como sistema operacional o Windows 2000.



QUESTÃO 7

Com relação ao texto I, à figura a ele associada, ao Windows Explorer e ao Windows 2000, julgue os itens a seguir.

- 1 É correto afirmar que o arquivo associado ao ícone está aberto.
- 2 Ao se pressionar a tecla , o conteúdo da pasta associada ao ícone será exibido.
- 3 O arquivo associado ao ícone está armazenado na área de trabalho do Windows.
- 4 A quantidade de memória utilizada para armazenar o arquivo associado ao ícone é maior que aquela necessária para armazenar o arquivo associado ao ícone .
- 5 Caso se aplique um clique duplo no ícone , o conteúdo da pasta associada a esse ícone será exibido.

QUESTÃO 8

Ainda com relação ao texto I, à figura a ele associada, ao Windows Explorer e ao Windows 2000, julgue os itens a seguir.

- 1 O botão pode ser utilizado para excluir um arquivo.
- 2 Para se minimizar a janela do Windows Explorer é suficiente clicar o botão .
- 3 O menu **Exibir** possui opções que permitem definir o modo de exibição dos arquivos, o que permitiria ao usuário, por exemplo, exibir os arquivos como ícones grandes.
- 4 Para se exibir o conteúdo do disco associado ao ícone , é suficiente clicar o botão , que está à direita da caixa **Endereço**.
- 5 Caso se aplique um clique simples sobre o ícone , o arquivo associado a esse ícone será aberto.

QUESTÃO 9

Um pouco de história

Quando fazemos um mergulho na história da humanidade, descobrimos que, nas primeiras civilizações das quais temos notícia, a maior parte da força de trabalho era formada por escravos obtidos em guerras de conquista. No entanto, aqueles cidadãos que desenvolviam alguma espécie de atividade econômica não-escrava já esboçavam preocupação com a eventual perda da capacidade produtiva e buscavam amealhar e economizar recursos a serem despendidos no futuro incerto, quando não mais tivessem condições de trabalho.

A chegada da Revolução Industrial acentuou sobremaneira a preocupação com a perda da capacidade produtiva. Naquele estágio de desenvolvimento, se o trabalhador perdesse sua capacidade laborativa, quer por idade quer por doença ou invalidez, era deixado, com sua família, em verdadeiro estado de necessidade, desprovido de qualquer amparo financeiro e assistencial, fato que tinha repercussões sociais e econômicas.

O Estado, então, passou a considerar e a intervir na garantia de atendimento ao trabalhador idoso, invalidado ou incapacitado, tendo sido implementados vários mecanismos de atendimento a esses necessitados, até que, durante o governo de Bismark, na Alemanha, a previdência social tomou feição pública e de compulsoriedade.

No contexto atual, todos os sistemas previdenciários, guardadas as peculiaridades de cada um, possuem por fundamento um modelo de seguro social que é custeado, em maior ou menor grau, pelo capital, pelo trabalho e pelo próprio Estado, sendo que a este também cabe dispor sobre as regras gerais da previdência.

Mauro Ribeiro Borges. A nova previdência funcional paranaense. 1.ª ed., Curitiba, 2001, p. 2-3 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao sentido das estruturas empregadas no texto acima.

- 1 O verbo “amealhar” (l.8) pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a ênfase desejados pelo autor, por **juntar aos poucos**.
- 2 A expressão “futuro incerto” (l.9) refere-se à experiência possivelmente trazida pela “eventual perda da capacidade produtiva” (l.7), situação em que o cidadão estaria desamparado por não ter como se manter.
- 3 Na linha 12, o uso de “sobremodo” indica que o autor considera que o impacto da Revolução Industrial na preocupação com a perda da capacidade produtiva acompanhou a evolução histórica do homem, ocorrendo de forma normal e esperada.
- 4 A expressão “a esses necessitados” (l.22) refere-se a “trabalhador idoso, invalidado ou incapacitado” (l.20-21) e seu emprego pode ser considerado um recurso para evitar a repetição vocabular no texto.
- 5 Na linha 27, o uso de “custeado” indica que o capital, o trabalho e o Estado são igualmente responsáveis pelas despesas do sistema previdenciário.

QUESTÃO 10

Acerca da redação oficial, julgue os itens abaixo.

- 1 Como forma de comunicação entre o poder público e os cidadãos, a redação oficial é caracterizada pela clareza e impessoalidade, entre outros atributos.
- 2 A necessidade de usar linguagem compreensível a qualquer interessado justifica o emprego do padrão culto da língua nos textos oficiais e a ausência de gírias e regionalismos, por exemplo.
- 3 A originalidade e a inovação vocabular devem estar presentes na redação oficial, que se pauta pelo respeito à evolução da língua e pelo uso da linguagem conotativa.
- 4 A linguagem técnica nunca deve ser utilizada na redação oficial, pois prejudica o entendimento da mensagem por parte daqueles que com ela não estão familiarizados.
- 5 São exemplos de documentos oficiais: ata, ofício, parecer, cartão-postal, edital e circular.

QUESTÃO 11

Ainda com relação à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 1 O memorando é geralmente usado para declarar ou afirmar fato ou direito a respeito do qual o signatário do documento tenha conhecimento.
- 2 Uma vez que o ofício e o memorando prezam a agilidade na comunicação, é possível que algumas informações sejam omitidas nesses documentos, como a data e o destinatário.
- 3 A ata é o documento em que é registrado o conteúdo de uma reunião, assembléia ou sessão. Deve ser elaborada de forma clara, apesar de sintética, para que se possa, no futuro, tomar conhecimento dos fatos ocorridos durante o evento em questão.
- 4 O parecer, que consiste em opinião especializada sobre determinado assunto ou fato, torna-se necessário quando a administração precisa de subsídios para fundamentar suas decisões.
- 5 Além das expressões “Respeitosamente” e “Atenciosamente”, as comunicações oficiais podem ser finalizadas por frases coloquiais ou de cunho literário, com o objetivo de atenuar sua formalidade.

QUESTÃO 12

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas normas previstas na Emenda Constitucional (EC) n.º 20, de 15/12/1998.

- 1 Fábio tomou posse, em 25/9/2001, no cargo temporário de médico do governo do estado do Paraná. Nessa situação, deve filiar-se, no exercício desse cargo, ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo daquele estado.
- 2 Sérgio completou, no dia 6/5/2002, setenta anos de idade, tendo nessa data 36 anos de tempo de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e quatro anos de efetivo exercício no cargo de fiscal do ICMS do governo do estado do Paraná. Nessa situação, o governo do estado do Paraná somente poderá aposentá-lo compulsoriamente em 6/5/2003.
- 3 João, que, desde 20/9/1995, recebe proventos de aposentadoria do regime geral da previdência social, ingressou em 3/2/2001, por concurso público, em cargo público efetivo do município de Curitiba. Nessa situação, João deverá renunciar aos proventos pagos pelo regime geral de previdência social, em razão da proibição de acumulação desses proventos com a remuneração do cargo municipal.
- 4 Manoel, servidor titular de cargo efetivo, possuía, em 15/12/1998, 53 anos de idade, cinco anos de efetivo exercício no cargo que atualmente ocupa e 35 anos de tempo de contribuição. Nessa situação, Manoel, em 16/12/1998, poderia aposentar-se com proventos integrais correspondentes à totalidade da remuneração do cargo efetivo.
- 5 Aldo, titular de cargo efetivo de professor do município de São Paulo, comprovou trinta anos de efetivo exercício das funções de magistério no ensino médio, sendo dez anos no cargo do município de São Paulo e vinte anos no governo do estado do Paraná. Nessa situação, ao completar 55 anos de idade no cargo de professor do município de São Paulo, Aldo poderá aposentar-se com proventos integrais correspondentes à totalidade da remuneração desse cargo.

QUESTÃO 13

Mário, segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, possui dois dependentes regularmente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA. Mário foi condenado e preso por dez anos de reclusão, não percebendo remuneração, vencimentos ou proventos de inatividade nesse período.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens a seguir, relativos aos benefícios de pensão por prisão do segurado.

- 1 Mário tem direito a perceber pensão por prisão do segurado.
- 2 Os dependentes de Mário têm direito a perceber pensão por prisão do segurado.
- 3 A pensão decorrente de prisão consistirá em renda mensal equivalente a dois terços da remuneração, dos vencimentos ou dos proventos do segurado e será paga durante metade do período em que ele estiver preso.
- 4 Se Mário for solto antes do término do período previsto na sentença condenatória, mesmo assim seus dependentes continuarão percebendo a pensão referida.
- 5 Caso Mário fuja da prisão, haverá a suspensão da pensão.

QUESTÃO 14

Julgue os itens que se seguem, relativos às parcelas que podem ser descontadas da remuneração, proventos e benefícios com base na legislação previdenciária paranaense.

- 1 Os valores pagos indevidamente pela PARANAPREVIDÊNCIA poderão ser descontados de uma única vez.
- 2 A pensão de alimentos decretada em decisão judicial pode ser descontada.
- 3 As contribuições devidas pelo segurado aos fundos de natureza previdenciária não podem ser descontadas.
- 4 As contribuições devidas pelo segurado aos serviços médico-hospitalares podem ser descontadas.
- 5 O imposto de renda retido na fonte pode ser descontado.

QUESTÃO 15

Com base nos preceitos constitucionais, julgue os itens abaixo.

- 1 Para servidores públicos, não é permitida, em nenhuma hipótese, a acumulação de aposentadorias.
- 2 Os regimes de previdência destinados aos servidores públicos titulares de cargo efetivo têm, obrigatoriamente, caráter contributivo.
- 3 A aposentadoria por invalidez, em qualquer hipótese, garantirá ao servidor os mesmos proventos a que ele tinha direito quando estava na ativa.
- 4 O servidor público titular de cargo efetivo, ao completar setenta anos de idade, deve ser aposentado obrigatoriamente, mesmo que deseje continuar trabalhando.
- 5 No caso de aposentadoria compulsória, o cálculo do benefício deverá levar em consideração o tempo de contribuição que o servidor público titular de cargo efetivo possua.

QUESTÃO 16

Para ter direito à aposentadoria voluntária, um servidor público titular de cargo efetivo

- 1 necessita cumprir, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- 2 poderá, no caso de professor de nível superior, usufruir de uma redução de até dez anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição válidos para os demais servidores públicos.
- 3 poderá, para fins de apuração do tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público, computar tempo prestado em outro ente federativo, diferente do que está vinculado à época em que irá requerer a sua aposentadoria.
- 4 precisará, no caso de aposentadoria por idade, cumpridos os requisitos relativos ao tempo de efetivo exercício no serviço público e ao cargo que ocupa, ter, se homem, idade mínima de 65 e, se mulher, idade mínima de sessenta anos de idade.
- 5 poderá, para fins de contagem de tempo de contribuição, valer-se de lei que venha estabelecer a possibilidade de cômputo de tempo fictício.

QUESTÃO 17

Em relação ao cálculo de benefícios previdenciários devidos a servidores públicos vinculados a regimes próprios de previdência, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O cálculo dos benefícios previdenciários devidos aos servidores públicos titulares de cargo efetivo vinculados ao regime próprio de previdência do estado do Paraná observa os mesmos critérios do cálculo dos benefícios devidos aos servidores ocupantes de cargo de confiança junto ao governo do estado do Paraná, que são segurados vinculados, obrigatoriamente, ao regime geral da previdência social.
- ❷ Para um servidor público titular de cargo efetivo, o cálculo da aposentadoria por invalidez concedida em decorrência de acidente do trabalho em serviço será integral, independentemente do tempo de contribuição do servidor.
- ❸ Um servidor público titular de cargo efetivo que trabalhou mais de 35 anos, mas não se aposentou voluntariamente, ao completar setenta anos, fará jus a uma aposentadoria compulsória concedida com base no valor integral.
- ❹ Uma servidora pública titular de cargo efetivo, com quinze anos de efetivo exercício e que, em um período em que estava de férias, tenha sofrido um grave acidente de trânsito, terá direito a uma aposentadoria por invalidez, com proventos integrais.
- ❺ O provento da pensão por morte não poderá ser maior que a remuneração que o servidor recebia no cargo efetivo.

QUESTÃO 18

Com base na legislação vigente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Em uma pensão rateada entre dois dependentes, esposa e filho, quando o filho alcançar a idade-limite para a manutenção da qualidade de dependente, a sua cota-parte do rateio reverterá para a mãe.
- ❷ No caso da pensão por morte, o cálculo dos proventos sempre será fixado em 100%, independentemente do tempo de contribuição que o servidor possuía na data do óbito.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um servidor público, sem filhos, separou-se oficialmente da esposa, sem que a justiça garantisse a ela pensão alimentícia. Posteriormente, tal servidor passou a conviver com outra mulher.
Nessa situação, em caso de falecimento do servidor, a pensão será concedida às duas mulheres, sendo rateada em partes iguais.
- ❹ O provento da pensão será reajustado pelos mesmos índices e nas mesmas épocas em que ocorrerem os reajustes do salário mínimo.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Marcos, professor, servidor público titular de cargo efetivo do estado do Paraná, faleceu em 12/1/1999, quando sua ex-esposa Marta, que não tinha pensão alimentícia, requereu e passou a receber, normalmente, a pensão em favor da sua filha Marina. Em 20/8/2002, Rita requereu ao órgão responsável, com toda a documentação necessária, pensão na qualidade de ex-companheira de Marcos.
Nessa situação, o órgão responsável deve promover a concessão do benefício a Rita, rateando, a partir de 20/8/2002, a pensão que Marta estava recebendo para Marina, pagando 50% a cada uma.

QUESTÃO 19

Quanto ao cálculo das aposentadorias, julgue os itens seguintes.

- ❶ Atualmente, para a fixação do provento de aposentadoria, o servidor poderá ser enquadrado em nível imediatamente superior ao que ocupa, a título de vantagem em decorrência de sua aposentadoria.
- ❷ O servidor público titular de cargo efetivo que exercer sua atividade sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde e a sua integridade física — trabalho em presença de agentes nocivos — deverá, com base no que estabelece a EC n.º 20/1998, ter concedida a aposentadoria com proventos integrais, redução de cinco anos de contribuição tanto para o homem quanto para a mulher.
- ❸ O servidor público titular de cargo efetivo que tenha, antes da entrada em vigência da EC n.º 20/1998, implementado todas as condições para fins de obtenção da sua aposentadoria, poderá aposentar-se em 2002, mesmo que não cumpra os novos requisitos fixados na referida emenda constitucional.
- ❹ Uma servidora pública titular de cargo efetivo que, em 2002, contava com três anos de efetivo exercício no cargo e possuía 22 anos de atividade privada comprovada deve ter concedida a sua aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, calculada com base no provento proporcional.
- ❺ A aposentadoria voluntária dos professores que exerceram sempre suas atividades ligadas efetivamente à educação infantil será calculada com base no provento integral, mesmo com a redução de cinco anos de tempo de contribuição, na forma prevista na Constituição da República.

QUESTÃO 20

Em relação às regras de transição estabelecidas na EC n.º 20, julgue os itens em seguida.

- ❶ Para fins de aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, passou a ser exigido um adicional de tempo de contribuição correspondente a 20% do tempo que faltava para a concessão da aposentadoria apurado na data da publicação da EC n.º 20.
- ❷ Para fins de aposentadoria por tempo de contribuição integral, passou a ser exigido um adicional de tempo de contribuição correspondente a 20% do tempo que faltava para a concessão da aposentadoria apurado na data da publicação da EC n.º 20.
- ❸ A idade mínima exigida para fins de concessão de aposentadoria é de 55 anos para homem e cinquenta anos para mulher.
- ❹ Na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, é garantido para o homem que possua trinta anos de contribuição o equivalente a 70% dos proventos, aos quais são acrescidos 5% para cada ano completo de contribuição que exceder os trinta anos, sem limite máximo.
- ❺ É assegurado ao servidor público titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio de previdência a contagem recíproca de tempo de contribuição, o que permite computar tempos de contribuição prestados a outros regimes de previdência a que tenha sido vinculado o servidor.

